



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA DA GLORIA/SE

Processo: 202077000159

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VANDA DE JESUS LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL – vítima em tratamento

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Houve pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 04/12/2019

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: VANDA DE JESUS LIMA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 03303

CONTA: 000000040217-3

Nr. da Autenticação FFF8D9E0500DF283

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

O laudo produzido apresentou a seguinte conclusão:

A lesão no membro inferior está em acompanhamento médico. Portanto a quantificação da taxa de incapacidade da lesão ortopédica foi realizada no estado clínico em que a paciente se encontra atualmente e conforme descrito no exame físico e constante nos autos, baseado na tabela SUSEP para fins de DPVAT temos: incapacidade parcial incompleta - perda funcional de um dos membros inferiores (70%) de grau intenso (75%).

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Ocorre que, segundo consta no próprio laudo pericial, a vítima ainda encontra-se em tratamento:

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

Resposta: Paciente refere estar em acompanhamento.

Portanto, não uma vez que a vítima ainda está sendo submetida a procedimentos que visem ao menos amenizar as sequelas, não há como se afirmar que o percentual indicada para a gradação seja definitivo, logo, uma vez que o percentual poderá variar de acordo com o tratamento, não pode ser acolhida a conclusão pericial para fins de condenação da Seguradora.

Dessa forma, requer a improcedência dos pedidos da inicial, tendo em vista a impossibilidade de se extrair do laudo produzido o percentual definitivo correspondente a repercussão da invalidez.

Caso assim não tenda V. Exa., requer a intimação do perito para que esclareça as questões levantadas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

NOSSA SENHORA DA GLORIA, 4 de março de 2021.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE